

Relatório de Atividades

3º Trimestre

∞

←

0

2



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2018



Presidente

Conselheiro Renato Martins Costa

Vice-Presidente

Conselheiro Antonio Roque Citadini

Corregedor

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiros

Conselheiro Robson Marinho

Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:

06/11/2017 a 03/02/2018

o **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

05/02/2018 a 05/05/2018

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 07/05/2018

o **SAMY WURMAN**

A partir de 06/08/2018

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Ramalho

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Auditores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Thiago Pinheiro Lima

Elida Graziane Pinto

José Mendes Neto

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Rafael Antonio Baldo

João Paulo Giordano Fontes

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Renata Constante Cestari

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Eduardo Correa Malek

Diretor Técnico do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Fábio Correa Xavier



SUMÁRIO

1. CORPO DIRETIVO	10
2. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	11
3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP	12
4. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	12
5. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	13
6. CORPO DE AUDITORES	13
7. DECISÕES SINGULARES.....	13
8. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC.....	13
9. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE.....	13
10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	14
10.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	14
10.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	14
10.2. DSF's I e II	14
10.2.1. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ	15
10.2.2. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	15
10.3. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	15
10.3.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças	16
10.3.1.1. Planejamento e Orçamento	16
10.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	22
10.5. OUVIDORIA	25
10.6. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25
10.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	27
10.8. REVISTA DO TCE	28
10.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .	28
10.10. CERIMONIAL	28
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
12. ANEXOS	30
12.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP	30



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	11
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	12
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas Correntes.....	18
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas de Capital	18
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas Correntes.....	19
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas de Capital	19
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas Correntes ...	20
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas de Capital...	20
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas Correntes	21
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas de Capital	21
Tabela 11 - Atividades da EPCP - 3º Trimestre.....	24



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **terceiro trimestre** do exercício de 2018.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

Dentre as principais ações conduzidas pela Corte no período, merecem destaque, inicialmente, os **acordos de cooperação técnica** firmados com o **Ministério Público do Estado** e com o **Tribunal Regional de São Paulo**, visando fortalecer a integração entre as instituições com o fim de aprimorar os serviços e atividades por elas desempenhados.

O acordo estabelecido entre o Tribunal de Contas e o Parquet Estadual visa fundamentalmente utilizar a inteligência, a tecnologia e o compartilhamento de dados e informações para melhor controle dos recursos públicos, além de viabilizar ações integradas de prevenção à corrupção.

Além disso, por meio do referido termo, ambas as instituições se dispõem a organizar ações articuladas com maior aproximação entre as Promotorias de Justiça e as Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais do TCE em todo o Estado, desenvolvendo procedimentos e sistemas para o compartilhamento de dados e informações, além de operações preventivas no âmbito do controle externo da administração pública.

Já o acordo firmado entre o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo prevê um trabalho conjunto para exame das contas das campanhas eleitorais dos candidatos eleitos e suplentes, bem como análise das prestações de contas de partidos políticos durante o pleito eleitoral deste ano.



Nos termos do acordo, caberá ao TCE-SP disponibilizar servidores de sua sede na Capital e de suas 20 (vinte) Unidades Regionais para analisar documentos e informações contidas na prestação de contas de todos os candidatos eleitos, de seus suplentes e dos partidos políticos, abrangendo a conferência de cálculos e outros procedimentos técnicos, com base nas normas da legislação vigente sobre a arrecadação e os gastos de recursos por candidatos e partidos políticos no pleito eleitoral.

Dando continuidade às **Fiscalizações Ordenadas**, o TCE-SP realizou, em agosto, nova operação que mobilizou mais de 250 Agentes da Fiscalização no interior e no litoral do Estado em 217 municípios para inspecionar as **condições da merenda oferecida** aos alunos dos Ensinos Básico e Fundamental em 253 escolas municipais.

A ação fiscalizatória – que alcançou 33% das prefeituras do Estado – objetivou avaliar as condições da merenda, checar a qualidade dos alimentos, analisar as condições de entrega e armazenamento dos produtos e vistoriar a regularidade no abastecimento nas unidades escolares.

Nos locais vistoriados, 30,8% apresentaram problemas nas instalações físicas – tanto para estocagem quanto para o preparo dos alimentos. Foram encontrados, ainda, locais com rachaduras nas paredes, goteiras no teto e presença de bolor e(ou) mofo no ambiente. Apenas 41,7% dos lugares checados possuíam telas nas janelas onde os insumos estavam armazenados. Constatou-se, ainda, que a maioria das cozinhas escolares (um percentual de 78,6%) não possui alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária.

Durante a ação, 24,1% das escolas não estavam com o cardápio do dia afixado em local visível. Em 23,3% das unidades, a merenda fornecida no dia não condizia com o afixado pela direção da escola e 93% dos estabelecimentos possuíam profissionais merendeiras, cuja frequência, em 62,7% dos casos, é controlada manualmente.

Na fiscalização, os Agentes do TCE detectaram, ainda, que mais de 25% dos profissionais não estavam vestidos com avental, touca, sapatos antiderrapantes e, quando necessário, luvas. Em 71,9% dos locais visitados, não havia cardápio segmentado por faixa etária. Metade dos estabelecimentos também não oferece cardápio diferenciado para alunos que necessitam de atenção nutricional.



Apesar de existir o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em 98% dos municípios vistoriados, o órgão deixa de fiscalizar as condições de merenda em 34,3% dos estabelecimentos. Em 6,3% das visitas havia produtos no estoque fora do prazo de validade.

Já a segunda operação conduzida no trimestre, envolvendo 290 Agentes da Fiscalização, cuidou de **fiscalizar creches da rede municipal de ensino** de 215 cidades da região metropolitana, do interior e do litoral do Estado. Turmas com quantidade de crianças de zero a três anos acima do recomendado, brinquedos enferrujados, colchões de descanso mofados, caixas d'água sem limpeza e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros vencido foram algumas das irregularidades encontradas.

Durante a ação, realizada em setembro, os fiscais do TCE checaram in loco aspectos como a quantidade de crianças por turma, as condições dos equipamentos e brinquedos disponíveis, o nível de formação dos profissionais, as instalações sanitárias, a acessibilidade, os cuidados com a higiene e a segurança do lugar.

A vistoria foi realizada em 253 creches municipais de todo o Estado (com exceção da Capital, que é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Município) simultaneamente e de forma surpresa, ou seja, sem qualquer aviso prévio. O objetivo foi fazer um levantamento sobre a demanda das unidades, identificar critérios de prioridade de atendimento das filas de espera, avaliar a infraestrutura dos locais e a qualidade proporcionada para o desenvolvimento de crianças de zero a três anos de idade.

Em 32,56% dos municípios vistoriados pelo Tribunal de Contas não havia lista de espera para matrícula das crianças e em 58,14% das cidades os critérios de priorização de atendimento das filas não estavam divulgados. Entre as 253 creches visitadas, 51,39% delas possuíam turmas com mais de oito crianças na faixa etária de zero a um ano e 58,89% das classes de dois a três anos contavam com mais de 15 crianças por professor, contrariando as recomendações do Ministério da Educação (MEC)

Ao analisar as características físicas das unidades, os Agentes da Fiscalização do TCE constataram que 25,30% das creches não possuíam condições de acessibilidade (rampas, faixas de sinalização, banheiros para pessoas com deficiência, entre outros) e que 84,19% das creches estavam com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) vencido.



Outro problema encontrado foi em relação à higienização das caixas d'água: 45,06% estavam há mais de seis meses sem limpeza. Nas acomodações destinadas para o horário de descanso das crianças também foram flagradas situações inadequadas, a exemplo de rachaduras no teto, colchões com mofo e salas sendo utilizados, simultaneamente, para o depósito de equipamentos.

Rachaduras, trincas, goteiras, infiltrações, piso quebrado, vazamentos, presença de bolores, entre outras condições precárias de conservação, foram detectadas em 52,57% das unidades vistoriadas pelos Agentes da Fiscalização. Em 42,69% das creches visitadas também foram encontradas situações que poderiam colocar em risco a segurança das crianças, como brinquedos com ferrugem, pregos e parafuso aparentes, telhas caídas, fiação exposta, parquinhos sem manutenção, presença de entulhos, formigueiros e até marimbondos.

Todas as ações acima descritas foram objeto de relatórios parciais – para divulgação de informações de interesse público, principalmente em nosso site institucional e D.O.E – e relatórios consolidados, com dados segmentados e regionalizados, devidamente encaminhados aos relatores de processos referentes aos órgãos e entidades fiscalizados.

Relativamente a **cursos e eventos** destinados aos jurisdicionados, servidores e ao público em geral, destaca-se o encontro que encerrou a **22ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais** .

O evento, ocorrido em agosto na Sede do Tribunal, contou com a participação de mais de 200 pessoas que acompanharam, presencialmente e pela internet, os trabalhos coordenados por esta Presidência e apresentados pela equipe de técnicos e especialistas da Corte.

O saldo final, após os eventos realizados no interior, litoral e na Capital é extremamente positivo. O Ciclo de Debates alcançou um público de mais de **6.500 participantes** , entre gestores, Prefeitos, Vereadores, Secretários, lideranças políticas e agentes públicos – que receberam, por meio de palestras e debates, as orientações do TCE sobre as boas práticas administrativas.

No interior do Estado, o evento foi realizado em 11 (onze) municípios localizados nas regiões administrativas jurisdicionadas, percorrendo mais de 7.500 quilômetros pelas estradas do interior em um intervalo de 6 (seis) meses.



Neste terceiro trimestre, o Tribunal sediou, ainda, a **XVI Semana Jurídica do TCE**, que neste ano completou 16 anos de realização, tendo sempre como objetivo estimular o intercâmbio de conhecimento e promover debates sobre temas da atualidade voltados à área jurídica.

A palestra de abertura foi proferida pelo eminente **Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Alexandre de Moraes**, que traçou um panorama dos 30 anos da Carta Magna brasileira e falou sobre a importância da Constituição para a consolidação da democracia e das instituições do país, tendo em vista que vivemos o maior período de estabilidade democrática da República.

Às vésperas das Eleições de 2018, o Ministro ainda abordou o atual cenário político brasileiro, em especial a necessidade de condução de grandes reformas, principalmente a política, por parte dos eleitos, sob pena de continuarmos repetindo os mesmos erros do passado.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, abriu a programação do segundo dia do encontro, com a palestra 'O Judiciário e o combate à corrupção'. Durante a exposição, o Desembargador efetuou uma análise histórica de medidas anticorrupção, partindo do Direito Romano até os mecanismos atuais de punição, a exemplo da Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção das Pessoas Jurídicas.

Em sua explanação, Pereira Calças falou da importância de fomentar a participação da sociedade no debate sobre o assunto, que, na opinião do Desembargador, é um "câncer" que atinge todos os países do Mundo e precisa ser extirpado. Segundo o Presidente do TJ-SP, o Poder Judiciário, quando chamado a julgar os crimes de corrupção, deve agir sempre com rigor, observando a legislação brasileira e cumprindo a Constituição Federal de 1988.

Dando continuidade às atividades do segundo dia do evento, o **Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Pedro Franco de Campos**, e o **Advogado e Especialista em Direito Penal, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira**, debateram os desdobramentos e ações promovidas no âmbito da Operação Lava-Jato.

Durante as exposições, que versaram sob o tema 'Os Instrumentos da Lava-Jato na Visão da Acusação e da Defesa', os palestrantes abordaram – cada um dentro de sua área de atuação – temas pontuais da operação – a exemplo dos mandados de busca e apreensão, das prisões temporárias e preventivas, da condução coercitiva e dos acordos de delação e leniência.



O Procurador de Justiça Pedro Franco de Campos enalteceu os trabalhos que estão sendo conduzidos pela força-tarefa da Lava-Jato e destacou que as investigações – que tiveram início em 2009 – puderam avançar e tomar força a partir do apoio dos movimentos sociais. Para ele, a Operação tem sido bem conduzida no sentido de apurar a presença de esquemas criminosos no Brasil que vão desde crimes de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, até situações que evidenciam fraudes a licitações e contratos, formação de carteis e atos de improbidade administrativa.

Considerado um dos principais críticos da Operação Lava-Jato, o **advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira**, por outro lado, compartilhou a preocupação com os rumos da Operação e disse que, com o vazamento de informações e dados, teme que o exercício da defesa e da presunção da inocência não sejam contemplados.

O encerramento da XVI Semana Jurídica contou com a presença do **Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio**, que em sua palestra, 'Competências do Ministério Público e dos Tribunais de Contas: Possibilidades de Atuação Conjunta', manifestou o apoio ao desenvolvimento conjunto de ações de controle e fiscalização entre a Corte de Contas paulista e o *Parquet*, traçando ainda um breve histórico sobre a atuação do Ministério Público no Estado, suas competências e ações ao longo dos últimos 30 anos.

Segundo o Procurador-Geral de Justiça, a atuação integrada entre Ministério Público e Tribunal de Contas gera resultados muito efetivos, uma vez que as duas instituições têm atribuições e competências na fiscalização da administração pública.



RENATO MARTINS COSTA
PRESIDENTE



1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2018, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros RENATO MARTINS COSTA, Presidente, ANTONIO ROQUE CITADINI, Vice-Presidente e, EDGARD CAMARGO RODRIGUES, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - CORREGEDOR**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

06/11/2017 a 03/02/2018

o **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

05/02/2018 a 05/05/2018

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 07/05/2018

o **SAMY WURMAN**

A partir de 06/08/2018

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES - PRESIDENTE**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheira **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

06/11/2017 a 03/02/2018

o **SILVIA CRISTINA MONTEIRO MORAES**

05/02/2018 a 05/05/2018

o **VALDENIR ANTONIO POLIZELI**

A partir de 07/05/2018

o **SAMY WURMAN**

A partir de 06/08/2018

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

Conselheiro **DIMAS RAMALHO**



2. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 3º trimestre de 2018, foram distribuídos aos julgadores **679** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	TOTAL
ACESSORIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	1
ACESSORIO - 1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL	1
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	1
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	1
COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS - VALOR DA PENSÃO	1
CONSULTA	1
CONTAS DE CÂMARA MUNICIPAL	1
CONTAS MUNICIPAIS	1
CONTRATO	18
CONTRATO DE GESTÃO	3
CONVÊNIO – REPASSES TERCEIRO SETOR – ENTIDADES PRIVADAS	2
CONVÊNIO – REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR – ENTIDADES PRIVADAS	32
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - CONTRATO GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO, TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO	50
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS	160
PRESTA ESCLARECIMENTOS	1
RECURSO ORDINÁRIO	379
REPRESENTAÇÃO	3
RESCISÃO DE JULGADO	9
REVISÃO DE JULGADO	13
TOTAL GERAL	679



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 3º trimestre de 2018, foram distribuídos **5.500** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS – JULHO – SETEMBRO - 2018									
MATÉRIA	RELATOR							Corpo de Auditores	Total Geral
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. DER	Cons. SEB	Gabinete da Presidência		
Ações	2	3	3	2	2	2	4		18
Adiantamentos	11	12	11	11	11	10			66
Apartados								46	46
Atos de Pessoal	8	14	10	9	10	12		839	902
Concurso Público	2	2	2	2	2	2	1		13
Contas do Governador				2					2
Contratos	212	236	245	194	259	251	5	49	1451
Controle de Prazos	8	8	9	7	9	7	1	23	72
EPE	84	85	84	81	84	83	3		504
Expedientes	45	74	69	85	82	64	58	42	519
Expedientes do Ministério Público	79	68	69	81	88	86	66	128	665
Expedientes do Poder Judiciário	7	20	22	22	21	17	48	8	165
Instrução de Representação							8		8
Recursos	78	69	72	62	64	62	138	24	569
Relatório de Fiscalização	6			1					7
Repasses Públicos	41	43	46	44	41	59	3	187	464
Representação	6	5	6	8	4				29
Total Geral	589	639	648	611	677	655	335	1346	5.500

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS 6.179

4. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 3º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 Sessões Ordinárias**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **776 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **376 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **3 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



5. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **11 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **844 processos pela Primeira Câmara e 1.201 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

6. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 3º Trimestre de 2018 tramitaram pelo Corpo de Auditores **3.352 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.880 autos** receberam julgamento, enquanto **388** foram objeto de despacho de diferimento.

7. DECISÕES SINGULARES

No 3º trimestre de 2018 foram proferidas **2.306 sentenças singulares**. Destas, **426** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, enquanto **1.880** pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

8. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **11.353 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

9. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 3º Trimestre de 2018, a P.F.E se manifestou em **2.035 processos**.



10. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

10.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.410 processos**.

10.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.197 processos**, dos quais **231** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **2.208 certidões**. Desse quantitativo, **9** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **2.199** via INTERNET.

10.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **17.884 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	1.548	1.078
Processos Eletrônicos	8.621	6.637
TOTAL	10.169	7.715



10.2.1. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **12.131 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

10.2.2. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados. No trimestre, a Divisão conduziu atividades voltadas ao aperfeiçoamento do IEG-M, Índice de Efetividade da Gestão Municipal, e do IEG-E, Índice de Efetividade da Gestão Estadual.

No tocante ao serviço de apoio aos jurisdicionados, no terceiro trimestre, a Divisão de Auditoria Eletrônica – AudeSP efetuou **1.165 atendimentos** sobre questões referentes ao próprio Sistema AUDESP – Módulos I, II, III e IV, bem como ao IEG-M e IEG-E. Também foram realizados **32 eventos** como reuniões e treinamentos voltados ao desenvolvimento de módulos do Sistema AudeSP e esclarecimento de dúvidas.

10.3. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **1.959** processos.



10.3.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

10.3.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 16.646, de 11 de janeiro de 2018, que "*Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2018*", foi elaborado em observância à Lei nº 16.511, de 27 de julho de 2017 que "*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2018*".

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 922.426.125,00**, sendo **R\$ 910.881.225,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e **R\$ 11.544.900,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 16.511/17), o Decreto n.º 63.512, de 15 de janeiro de 2018, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2018) e a Portaria Conjunta CAF-CO-CPGA-001, de 17 de janeiro de 2018.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2018 (Decreto n.º 63.152/2018) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas alterações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 6.500.000,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1 – SAO Nº 02001/2018-4-0002, concluído em 15/02/2018, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na informação **CAF nº 020030-1/2018**, de 07/02/2018, na seguinte conformidade: **R\$ 3.000.000,00** na Ação 4.821, Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, para substituição do parque computacional desse Tribunal de Contas.



2 – SAO Nº 02001/2018-4-0003, concluído em 21/03/2018, no valor total de **R\$ 1.300.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2018, de 07/02/2018, na seguinte conformidade: R\$ 1.300.000,00 na Ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados ao fornecimento e instalação de ar-condicionado, aquisição de mobiliários e divisórias de vidro e também, na aquisição de solução de videoconferência, inclusive hardware.

3 – SAO Nº 02001/2018-4-0004, concluído em 05/07/2018, no valor total de **R\$1.200.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-2/2018, de 03/07/2018, na seguinte conformidade: R\$1.200.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados ao atendimento de despesas com a contratação de empresa especializada para a modernização de três elevadores instalados no Prédio Anexo II do TCE/SP.

4 - SAO Nº 02001/2018-4-0007, concluído em 05/09/2018, no valor total de **R\$1.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2018, de 29/08/2018, na seguinte conformidade: R\$1.000.000,00 na Ação 4.821 - Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, destinados à despesa com a reforma da Regional de Santos.

Mediante a publicação do Decreto Nº 63.258, de 9 de março de 2018, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda recursos orçamentários do Tribunal de Contas, no valor de **R\$ 169.982,00**, à conta da **Fonte 1 – Tesouro**, visando a cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente **SAO nº 20006/2018-1-00001**.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2018, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observe-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Fevereiro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Março	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Abril	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Maiο	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Junho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Julho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Agosto	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Setembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Outubro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Novembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Dezembro	68.943.841	7.069.537	227.722	-	7.297.259	76.241.100
TOTAL	823.701.251	84.459.344	2.720.630	-	87.179.974	910.881.225

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2018 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Fevereiro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Março	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Abril	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Maiο	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Junho	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Julho	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Agosto	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Setembro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Outubro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Novembro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Dezembro	837.022	129.310	-	966.332	77.207.432
TOTAL	10.000.000	1.544.900	-	11.544.900	922.426.125

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Fevereiro	68.614.310	6.865.455	226.628	-	7.092.083	75.706.393
Março	68.614.310	7.035.437	526.628	-	7.562.065	76.176.375
Abril	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Maio	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Junho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Julho	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Agosto	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Setembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Outubro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Novembro	68.614.310	7.035.437	226.628	-	7.262.065	75.876.375
Dezembro	68.943.841	7.069.537	227.722	-	7.297.259	76.241.100
TOTAL	823.701.251	84.289.362	3.020.630	-	87.309.992	911.011.243

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2018 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Fevereiro	832.998	3.128.690	-	3.961.688	79.668.081
Março	832.998	1.128.690	-	1.961.688	78.138.063
Abril	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Maio	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Junho	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Julho	832.998	1.328.690	-	2.161.688	78.038.063
Agosto	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Setembro	832.998	1.128.690	-	1.961.688	77.838.063
Outubro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Novembro	832.998	128.690	-	961.688	76.838.063
Dezembro	837.022	129.310	-	966.332	77.207.432
TOTAL	10.000.000	7.744.900	-	17.744.900	928.756.143

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	64.800.596,27	30.406.326,77	50.669,17	-	30.456.995,94	95.257.592,21
Fevereiro	60.903.918,25	14.363.275,55	41.708,99	-	14.404.984,54	75.308.902,79
Março	62.647.582,39	11.034.044,62	49.232,22	-	11.083.276,84	73.730.859,23
Abril	63.035.109,46	3.477.373,64	110.738,74	-	3.588.112,38	66.623.221,84
Maiο	60.184.302,55	3.994.057,20	380.894,03	-	4.374.951,23	64.559.253,78
Junho	63.959.895,85	1.083.760,67	261.936,30	-	1.345.696,97	65.305.592,82
Julho	64.336.511,95	4.284.766,69	99.632,57	-	4.384.399,26	68.720.911,21
Agosto	67.876.368,77	1.140.754,17	94.272,35	-	1.235.026,52	69.111.395,29
Setembro	68.685.604,03	2.113.171,83	46.814,61	-	2.159.986,44	70.845.590,47
TOTAL	576.429.889,52	71.897.531,14	1.135.898,98	-	73.033.430,12	649.463.319,64

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	91.800,99	-	-	91.800,99	95.349.393,20
Fevereiro	362.746,90	2.321.737,00	-	2.684.483,90	77.993.386,69
Março	83.190,74		-	83.190,74	73.814.049,97
Abril	(253.903,00)	269.000,00	-	15.097,00	66.638.318,84
Maiο	388.347,00	240.766,56	-	629.113,56	65.188.367,34
Junho	838.979,07	(220.800,00)	-	618.179,07	65.923.771,89
Julho	98.529,02	345.989,50	-	444.427,52	69.165.338,73
Agosto	47.458,00	106.702,17	-	154.160,17	69.265.555,46
Setembro	779.401,44	-	-	779.401,44	71.624.991,91
TOTAL	2.436.550,16	3.063.304,23	-	5.499.854,39	654.963.174,03

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2018 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	64.800.596,27	2.693.574,21	31.874,29	-	2.725.448,50	67.526.044,77
Fevereiro	60.903.918,25	4.097.943,74	40.167,11	-	4.138.110,85	65.042.029,10
Março	62.647.582,39	5.338.859,04	38.842,22	-	5.377.701,26	68.025.283,65
Abril	63.035.109,46	5.657.189,10	91.563,96		5.748.753,06	68.783.862,52
Mai	60.184.302,55	6.043.439,71	71.576,00		6.115.015,71	66.299.318,26
Junho	63.959.895,85	5.456.900,88	49.377,20		5.506.278,08	69.466.173,93
Julho	64.336.511,95	6.045.783,95	39.622,69		6.085.406,64	70.421.918,59
Agosto	67.876.368,77	5.632.398,33	193.902,80		5.826.301,13	73.702.669,90
Setembro	68.685.604,03	6.158.840,22	210.987,93		6.369.828,15	75.055.432,18
TOTAL	576.429.889,52	47.124.929,18	767.914,20	-	47.892.843,38	624.322.732,90

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2018 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	67.526.044,77
Fevereiro	112.009,89	-	-	112.009,89	65.154.038,99
Março	13.205,00	36.677,00	-	49.882,00	68.075.165,55
Abril	55.002,80	768.326,00		823.328,80	69.607.191,32
Mai	51.260,94	375.583,00		426.843,94	66.726.162,20
Junho	40.037,00	751.166,00		791.203,00	70.257.376,93
Julho	421.690,00			421.690,00	70.843.608,59
Agosto	290.431,00	371.085,00		661.516,00	74.364.185,90
Setembro	56.560,46			56.560,46	75.111.992,64
TOTAL	1.040.197,09	2.302.837,00	-	3.343.034,09	627.665.766,99

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º, 3º e 4º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado dos dias 31 de março, 30 de maio, 31 de julho e 2 de outubro de 2018.



10.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no segundo trimestre, manifestou-se em **1.256 processos/expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e respectivo encaminhamento de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **21 processos/expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **687 ações** em que este Tribunal é parte (polo passivo) e de **99 processos judiciais** a pedido dos Eminentes Conselheiros, promovendo manifestações sempre que oportuno.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **89 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- **XVI Semana Jurídica, realizada entre os dias 6 e 8 de agosto**, que contou com a presença de autoridades como o Ministro do Supremo Tribunal Federal, **Dr. Alexandre de Moraes**; o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, **Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças**; o Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, **Dr. Pedro Franco de Campos**; o Advogado e Especialista em Direito Penal, **Dr. Antonio Cláudio Mariz de Oliveira**; e o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, **Dr. Gianpaolo Poggio Smanio**.

Na palestra de abertura, **realizada no dia 6 de agosto**, o Ministro do STF, Dr. Alexandre de Moraes, Doutor em Direito do Estado e Livre-docente em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, traçou um panorama sobre os 30 anos da Carta Magna brasileira e falou sobre a importância da Constituição para a consolidação da democracia e das instituições.



Como parte da programação do segundo dia de atividades da Semana Jurídica do TCE, o Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Pedro Franco de Campos, e o Advogado e Especialista em Direito Penal, Dr. Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, debateram os desdobramentos e ações promovidas no âmbito da Operação Lava-Jato.

Durante as exposições, que versaram sob o tema 'Os Instrumentos da Lava-Jato na Visão da Acusação e da Defesa', os palestrantes falaram – cada um dentro de sua área de atuação – sobre temas pontuais da operação – a exemplo dos mandados de busca e apreensão, das prisões temporárias e preventivas, da condução coercitiva e dos acordos de delação e leniência.

O Procurador de Justiça Dr. Pedro Franco de Campos enalteceu os trabalhos que estão sendo conduzidos pela força-tarefa da Lava-Jato e destacou que as investigações, que tiveram início em 2009, puderam avançar e tomar força a partir do apoio dos movimentos sociais.

Para ele, a Operação tem sido bem conduzida no sentido de apurar a presença de esquemas criminosos no Brasil que vão desde crimes de corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, até situações que evidenciam fraudes a licitações e contratos, formação de cartéis e atos de improbidade administrativa.

Considerado um dos principais críticos da Operação Lava-Jato, o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira falou sobre sua preocupação com os rumos da Operação e disse que, com o vazamento de informações e dados, teme que o exercício da defesa e da presunção da inocência não sejam contemplados.

Ao participar da palestra de encerramento das atividades da 16ª edição da Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), o Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio, disse que apoia o desenvolvimento conjunto de ações de controle e fiscalização entre a Corte de Contas paulista e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP). Em sua segunda gestão frente ao Ministério Público paulista, Smanio, que ingressou na instituição em 1988 – ano em que foi promulgada a Carta Federal –, traçou um breve histórico sobre a atuação da instituição no Estado, suas competências e ações ao longo dos últimos 30 anos.

O público presente ao encerramento da Semana Jurídica foi surpreendido com uma apresentação de "Brindisi", da Ópera La Traviata, de Giuseppe Verdi. A melodia, apresentada pelos Sopranos Paula Del Rio e Públio Gimenes e pelo Quarteto Tessares, já foi interpretada por grandes tenores, como Luciano Pavarotti.



Durante o encerramento das atividades da 16ª edição da Semana Jurídica, esta Presidência também fez o lançamento do novo Portal do Tribunal de Contas. Totalmente reformulado, o site do TCESP está mais moderno e fácil de navegar.

Desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), o Portal traz novas ferramentas que representam melhorias significativas para os usuários, a exemplo do Mega Menu, que organiza melhor as informações disponíveis aos cidadãos, possibilitando a utilização de recursos de vídeo e imagem.

- IV Seminário Internacional Boa Governança no Setor Público;
- Marco Regulatório e a Atuação do Banco Central do Brasil;
- Cursos de Capacitação – Sistema Audep; e
- Seminário sobre Corrupção Eleitoral.
- **Biblioteca** – **3.383** atendimentos realizados, sendo **1.508** através do Sistema Online Sophia e **1.875** presenciais.

Tabela 11 - Atividades da EPCP - 3º Trimestre

3º Trimestre - 2018	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos "on-line"
Reuniões Pedagógicas	27	316	-
Cursos/Eventos - Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	25	2.938	3.475
Cursos/Eventos - Em outras dependências ou Instituições	13	1.242	-
Cursos de Curta Duração - Externos	24	46	-
TOTAL	89	4.542	

10.5. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.508 atendimentos** neste Trimestre. Destaca-se o atendimento de **302 solicitações** por meio do Whatsapp.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, atendeu **63 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:

Portal WEB



Ouvidoria

800
Solicitações

WhatsAPP



302
Solicitações

e-Mail



128
Solicitações

0800



211
Solicitações

e-SIC



63
Solicitações

Presencial



4
Solicitações

No trimestre, as áreas técnicas da Corte atenderam a **5.794** solicitações de suporte, todas registradas via Portal da Ouvidoria.

10.6. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento - DTI-1; Seção Técnica de Segurança da Informação - DTI-2; Divisão de Sistemas - DSIS; e, Divisão de Tecnologia - DTEC, presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e acompanhamento de todas as atividades voltadas à tecnologia da informação, como implementação de novas soluções de tecnologia; desenvolvimento de aplicativos e sistemas; testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

Neste trimestre, o DTI deu continuidade ao trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento do **Portal do Controle Externo**, adicionando ao sistema o Painel do Município, uma visão consolidada de análises de dados da Administração Pública Municipal. No novo painel encontram-se informações como percentual



aplicado na educação e na saúde, FUNDEB, execução orçamentária, despesas de pessoal, dívida consolidada líquida, repasses ao legislativo, RAAE, RI, IEG-M, comparativo despesa x receita, IDEB e IDHM. Também foram realizados ajustes e melhorias nos relatórios de remuneração.

No período também foram realizadas melhorias no **Sistema AUDESP** e demais aplicações atualmente disponibilizadas ao público interno, bem como aos jurisdicionados e cidadãos.

Quanto à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, destacam-se, a configuração e disponibilização de **213 novos computadores**, totalizando **881 equipamentos** entregues no presente exercício, com o objetivo de substituir equipamentos antigos, fora do período de garantia.

No tocante ao suporte a sistemas, aplicações e infraestrutura, o DTI prestou **5.226 atendimentos telefônicos**, sendo **3.748** a usuários internos e **1.478** a usuários externos. Também foram efetuados **204 atendimentos** via internet, por meio da ferramenta *Webchat*. A ferramenta de controle de solicitações (OsTicket) registrou no trimestre **2.104 chamados** por OSTicket.

10.7. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE-SP, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-SP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE-SP e iniciativas institucionais.

No 3º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **137 matérias** de julgamento (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (sobre agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **63 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP se faz presente:



13.094 curtidas de página e **13.226 seguidores** desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Facebook em 2013.



64 tweets (mensagens encaminhadas) no período, totalizando 7.079 desde 2009 (abertura da conta oficial do TCE-SP no Twitter).

36 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 4.195.



254 inscritos no período, totalizando o 2.246 desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no YouTube em 2013.

11.670 visualizações no período, totalizando 143.297.



110 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 2.111 desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no LinkedIn em 2016.



22 seguidores que se cadastraram no período, totalizando 309 desde a abertura da conta oficial do TCE-SP no Instagram em 2016.



493 fotos postadas no período, totalizando 11.155 desde abertura da conta oficial do TCE-SP no Flickr em 2015.



10.8. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Antonio Roque Citadini, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a publicação de número 142 encontra-se em elaboração.

A edição destacará o 22º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais, que, em 11 encontros regionais, capacitou mais de 6.500 gestores, além das parcerias estabelecidas com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – para analisar as contas eleitorais dos candidatos –, e com o Ministério Público do Estado, com o intuito de combater a corrupção e o mau uso dos recursos públicos.

A evolução da Corte paulista, com o uso de ferramentas de tecnologia e de comunicação, também é tema da edição, que mostrará dados positivos sobre o crescimento do uso de videoconferência nas sessões de julgamento, o avanço na utilização do sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) e no atendimento da Ouvidoria, e a busca por constantes melhorias nos canais de comunicação com os jurisdicionados e a sociedade, a exemplo do novo site institucional.

A Revista do TCESP trará ainda artigos temáticos assinados por servidores e membros do Colegiado e a íntegra de votos e jurisprudências que foram destaque durante as sessões de julgamento.

10.9. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população através do posto policial instalado nas dependências da Corte.

10.10. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda da Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 3º trimestre de 2018, o Cerimonial se fez presente em **13 eventos internos, 5 eventos externos, além de atuado em 2 audiências internas.**



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 3º trimestre de 2018, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**RENATO MARTINS COSTA
PRESIDENTE**



12. ANEXOS

12.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	33/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 26/09/2018	26/09/18
GP	32/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 19/09/2018	21/09/18
GP	31/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 12/09/2018	21/09/18
GP	30/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 05/09/2018	06/09/18
GP	29/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 29/08/2018	30/08/18
GP	28/2018	LEVANTAMENTO EFETUADO EM RELAÇÃO À TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS VERSANDO SOBRE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAL	24/08/18
GP	27/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 22/08/2018	23/08/18
GP	26/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 15/08/2018	16/08/18
GP	25/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 01/08/2018	02/08/18
GP	24/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 25/07/2018	26/07/18
GP	23/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 18/07/2018	19/07/18
GP	22/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 04/07/2018	05/07/18
GP	21/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/06/2018	29/06/18
GP	20/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 20/06/2018	21/06/18
GP	19/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 13/06/2018	16/06/18
GP	18/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 06/06/2018	07/06/18
GP	17/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 30/05/2018	30/05/18



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2018 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

GP	16/2018	INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS QUANTO AO PETICIONAMENTO E JUNTADA DE DOCUMENTOS RELACIONADOS A PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS	25/05/18
GP	15/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 23/05/2018	24/05/18
GP	14/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 16/05/2018	17/05/18
GP	13/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 09/05/2018	10/05/18
GP	12/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 25/04/2018	26/04/18
GP	11/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 18/04/2018	20/04/18
GP	10/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 11/04/2018	12/04/18
GP	09/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 04/04/2018	05/04/18
GP	08/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/03/2018	29/03/18
GP	07/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/03/2018	22/03/18
GP	06/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 14/03/2018	15/03/18
GP	05/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/03/2018	08/03/18
GP	04/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/02/2018	01/03/18
GP	03/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/02/2018	22/02/18
GP	02/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/02/2018	08/02/18
GP	01/2018	LEVANTAMENTO – EXAMES PRÉVIO DE EDITAL	01/02/18
GP	08/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/03/2018	29/03/18
GP	07/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/03/2018	22/03/18
GP	06/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 14/03/2018	15/03/18
GP	05/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/03/2018	08/03/18
GP	04/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 28/02/2018	01/03/18
GP	03/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 21/02/2018	22/02/18
GP	02/2018	LISTA DE EXAMES PRÉVIOS DE EDITAIS SESSÃO DE 07/02/2018	08/02/18
GP	01/2018	LEVANTAMENTO – EXAMES PRÉVIO DE EDITAL	01/02/18



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	30/2018	Comunicado SDG 30/2018 - Aplicações financeiras dos regimes próprios	29/09/2018
SDG	29/2018	Comunicado SDG 29/2018 - Visita periódica às páginas eletrônicas de jurisdicionados	13/09/2018
SDG	28/2018	Comunicado SDG 28/2018 - Remoções - Servidores TCESP	11/09/2018
SDG	27/2018	Comunicado SDG 27/2018 - Relação de órgãos ou entidades impedidas de novos recebimentos	06/09/2018
SDG	26/2018	Comunicado SDG 26/2018 - Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos	03/08/2018
SDG	25/2018	Comunicado SDG 25/2018 - Volume de processos julgados no 2º TRIMESTRE	02/08/2018
SDG	22/2018	IEG-E - Formulário Eletrônico.	22/06/18
SDG	21/2018	Lei Federal 13.460/17 - Proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.	21/06/18
SDG	20/2018	Obrigação tornar disponível à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas rejeitadas.	20/06/18
SDG	19/2018	Demonstração e identificação dos gastos custeados com os recursos públicos.	19/06/18
SDG	18/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	06/06/18
SDG	17/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	04/05/18
SDG	16/2018	Transparência na divulgação de atos de entidades do Terceiro Setor.	19/04/18
SDG	15/2018	Envio de propostas para alterações no texto do projeto da nova Lei de Licitações.	18/04/18



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO TRIMESTRAL – 3º TRIMESTRE DE 2018 – JULHO – AGOSTO - SETEMBRO

SDG	14/2018	Balanco de Atividades - 1º Trimestre	07/04/18
SDG	13/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	03/04/18
SDG	12/2018	Informa que o 22º Ciclo de Encontros com Dirigentes Públicos Municipais será realizado no período de 22 de março a 23 de agosto.	13/03/18
SDG	11/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	03/03/18
SDG	10/2018	Informa que a apresentação de Memoriais ou outro nome que se lhes dê deverá ser feita diretamente nos Cartórios ou Gabinetes dos Senhores Conselheiros, sempre em papel.	03/03/18
SDG	09/2018	Relação das Prefeituras que terão suas contas de 2018 sujeitas ao programa de acompanhamento quadrimestral.	01/03/18
SDG	08/2018	Órgãos Jurisdicionados estão desobrigados da remessa eletrônica de dados e informações relativos à Fase IV do Sistema Audesp correspondentes aos gastos com utilidade pública.	23/02/18
SDG	07/2018	Torna público o volume de processos julgados no 4º TRIMESTRE do exercício de 2017, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular.	22/02/18
SDG	06/2018	Alerta as Prefeituras Municipais quanto ao preenchimento do IEG-M.	15/02/18
SDG	05/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	06/02/18
SDG	04/2018	Alerta sobre ação de pessoas que entram em contato com agentes públicos municipais se passando por funcionários do TCE-SP.	02/02/18
SDG	03/2018	Torna pública a composição do Tribunal Pleno e Câmaras Julgadoras da Corte, para o exercício de 2018.	01/02/18
SDG	02/2018	Valor atualizado de remessa.	13/01/18
SDG	01/2018	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	09/01/18



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

2018